

Área temática: FINANÇAS

**OS IMPACTOS DA FASE FINAL DE TRANSIÇÃO PARA O IFRS NO BRASIL**

**AUTORES**

**CLÊNIA DE OLIVEIRA PIRES**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS  
cleniapires@hotmail.com

**ROBERTO FROTA DECOURT**

Unisinos  
roberto@decourt.com.br

**CÁREN URZINA DE OLIVEIRA CAMARGO**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
urzina@gmail.com

**VALERIA SIEBEL**

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
VSIEBEL@HOTMAIL.COM

**RESUMO**

Este artigo objetiva mensurar os impactos da fase final da convergência obrigatória para o IFRS no lucro líquido (LL), no patrimônio líquido (PL) e no ativo total (AT) das empresas brasileiras de capital aberto. Para isso, teve como base os relatórios referentes ao ano de 2009, republicados em 2011 pelas 83 maiores empresas não financeiras com ações listadas na BM&FBOVESPA, que compuseram a amostra. É aplicado o inverso do Índice de Conservadorismo de Gray (1980) – que permite comparar os resultados entre sistemas contábeis diversos – para determinar os impactos da transição entre as duas fases do processo de convergência no Brasil, abrangidas pela lei 11.638 e seus respectivos CPCs. Os resultados mostram que a fase final do processo de convergência obrigatória para o IFRS gerou aumentos expressivos tanto no lucro quanto no PL das empresas analisadas: um acréscimo médio de cerca de 21% no lucro e de cerca de 11% no patrimônio líquido; bem como, gerou um aumento, embora um pouco menos expressivo, de cerca de 7%, no ativo total. Tais resultados são consistentes com a hipótese de conservadorismo da contabilidade brasileira anteriormente vigente preconizado por Gray (1988) e confirmam a previsão de Santos (2011) de novo crescimento nos resultados das empresas nos relatórios divulgados em 2011 em decorrência da implantação da fase final do processo de transição para o IFRS no Brasil.

Palavras-Chave: Convergência Contábil Internacional; IFRS; Demonstrações Financeiras.

**ABSTRACT**

*This article aims to measure the impacts of the final phase of mandatory convergence to IFRS on net income, in equity and total assets of Brazilian public companies. To do so, was based on reports for the year 2009, republished in 2011 by the 83 biggest non-financial companies with stocks listed on BM&FBOVESPA, who formed the sample. It is applied to the inverse of Gray (1980)'s Conservatism Index – which allows you to compare the results between different accounting systems – to determine the impacts of the transition between the two*

*phases of the convergence process in Brazil, covered by the law 11,638 and their CPCs. The results show that the final stage of mandatory convergence to IFRS led to significant increases in both net income and the shareholders' equity of the companies analyzed: a mean increase of about 21% in earnings and about 11% in equity, as well as generating an increase, though somewhat less significant, about 7%, the total assets. These results are consistent with the hypothesis of Brazilian accounting conservatism previously existing advocated by Gray (1988) and confirm the estimates of Santos (2011) of new growth in the enterprise results in the reports released in 2011 as a result of implementing the final phase of transition process to IFRS in Brazil.*

*Keywords: International Accounting Convergence, IFRS; Financial Statements.*

## OS IMPACTOS DA FASE FINAL DE TRANSIÇÃO PARA O IFRS NO BRASIL

### 1. Introdução

O livre comércio entre as nações e a integração dos mercados internacionais, incluindo o mercado financeiro, são efeitos do implacável processo de globalização da economia. Como consequência, aumentou a importância e a necessidade da informação contábil para as decisões de investimentos e para administração dos negócios; culminando no desenvolvimento e aprimoramento das normas contábeis internacionais, seja para a comparação de informações entre companhias de um mesmo grupo ou de grupos empresariais diferentes.

Em 2001, foi criado o IASB (*International Accounting Standards Board*) na estrutura do antigo IASC (*International Accounting Standards Committee*), com o objetivo de melhorar a estrutura técnica de formulação e validação dos novos pronunciamentos internacionais a serem emitidos pelo novo órgão com o novo nome IFRS (*International Financial Reporting Standard*). Este novo nome que foi escolhido pelo IASB demonstrou a vontade do conselho de transformar progressivamente os pronunciamentos contábeis anteriores em novos padrões internacionalmente aceitos de relatórios financeiros com o fim de responder as expectativas crescentes dos usuários da informação financeira (analistas, investidores, instituições etc.).

Desde 2005, todas as empresas européias abertas estão obrigadas a adotar as normas IFRS para publicação das suas demonstrações financeiras consolidadas. Em 2007, a SEC (*Securities and Exchange Commission*) permitiu que as empresas estrangeiras arquivassem suas demonstrações financeiras, a partir de 31 de dezembro do mesmo ano, de acordo com o IFRS. Em 2009, este número ultrapassou mais de cem países por todos os continentes.

No Brasil, a aprovação da Lei 11.638, em 2007, foi determinante para a convergência das companhias abertas brasileiras ao IFRS, permitindo a transição em duas fases: a primeira, parcial em 2008, e a segunda, integral em 2010. Na primeira fase, as empresas brasileiras seguiram os CPCs 01 ao 14 e, na segunda fase, observaram os CPCs 15 ao 43. Para a transição completa ao IFRS, em 2010, as companhias tiveram que republicar as demonstrações financeiras do ano de 2009, mostrando a reconciliação entre os dois sistemas contábeis. Esta transição provocou alterações tanto no lucro líquido, quanto no patrimônio líquido, quanto no total do ativo destas empresas.

Dado que estes parâmetros são de fundamental importância para a avaliação das empresas e dos negócios e dada a necessidade de informação dos usuários dos relatórios financeiros, principalmente aqueles oriundos do mercado de capitais, este artigo resolveu investigar o seguinte *problema de pesquisa*: quais os impactos da fase final da convergência obrigatória para o IFRS nos relatórios financeiros das empresas brasileiras de capital aberto?

Assim, o *objetivo* desta pesquisa é mensurar os impactos da fase final da convergência obrigatória para o IFRS no lucro líquido (LL), no patrimônio líquido (PL) e no ativo total (AT) das empresas brasileiras de capital aberto, tendo como base os relatórios republicados do ano de 2009.

Quanto à *metodologia*, esta pesquisa pode ser caracterizada como empírico-analítica de natureza descritiva. Os dados foram extraídos das Notas Explicativas das Demonstrações

Financeiras Padronizadas (DFPs) de 2010 entregues pelas companhias abertas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 2011. São contempladas neste estudo as empresas não financeiras, com capital acima de 1 (um) bilhão de reais, com ações listadas na BMF&Bovespa. Estão excluídas deste estudo as instituições que não apresentaram em suas Notas Explicativas de 2010 a Tabela de Reconciliação dos Resultados entre as normas brasileiras e as normas IFRS relativa ao ano de 2009.

Para mensurar o impacto da adoção obrigatória do *full* IFRS tanto no lucro líquido, quanto no patrimônio líquido, quanto no ativo total das empresas, esta pesquisa utilizou o inverso do “Índice de Conservadorismo” de Gray (1980), que mede diferenças de resultados reportados por sistemas contábeis diversos.

Além disso, foram calculadas as médias do lucro líquido, do patrimônio líquido e do ativo total das empresas antes e depois da adoção obrigatória do *full* IFRS; e a amostra foi segmentada pelo tipo de listagem da empresa na BM&FBOVESPA e conforme a listagem ou não da empresa nos EUA através de ADR.

De acordo com a previsão de Gray (1988), os sistemas contábeis de tradição eurocontinental, como o do Brasil, tendem a apresentar resultados menores diante dos sistemas de influência anglo-americana, caso do IFRS. Este estudo confirmou a hipótese de que a adoção do *full* IFRS tende a gerar um aumento nos resultados apresentados pelas empresas em relação ao apurado pelo padrão contábil brasileiro anterior.

## 2. Revisão de Literatura

### 2.1. Convergência Contábil Internacional e o Índice de Gray

Em seu estudo sobre a influência cultural no desenvolvimento dos sistemas contábeis dos diversos países, Gray (1988) classifica o Brasil entre os países de influência eurocontinental, que se caracterizam por um menor espaço para julgamento do profissional no exercício da contabilidade, um maior formalismo e uniformidade na aplicação das normas, pouca transparência nas informações e um maior grau de conservadorismo na mensuração do resultado.

Segundo o autor, o conservadorismo da contabilidade de influência eurocontinental decorreria principalmente de uma priorização nesses países das implicações tributárias na mensuração do lucro, ao contrário da ênfase no investidor em países de influência anglo-americana, nos quais tradicionalmente se desvincula a contabilidade para o investidor da contabilidade para o fisco.

Gray (1980) propôs uma metodologia para mensurar o impacto dessas influências culturais e institucionais no resultado reportado pelas empresas, denominado originalmente Índice de Conservadorismo (IC) e, posteriormente, Índice de Comparabilidade (Weetman *et al.*, 1998). Esse índice mede o quanto lucros menores (conservadorismo) ou maiores (otimismo) são mensurados por sistemas contábeis diversos, conforme será apresentado no capítulo metodologia.

O Índice de Gray tem sido utilizado em vários estudos para mensurar as diferenças entre os US GAAP e sistemas contábeis nacionais de diversos países. Mais recentemente, essa

metodologia tem sido usada pelos pesquisadores para medir o impacto da adoção do padrão IFRS nos vários países, como será feito neste estudo.

## 2.2. Principais Mudanças Introduzidas nas Duas Fases de Transição para o IFRS no Brasil

Após a aprovação da lei 11.638, em 28/12/2007, introduzindo matérias contábeis de grande complexidade para aplicação já no exercício de 2008, a CVM adotou uma estratégia de convergência para o IFRS em duas fases (SANTOS, 2011):

1. Uma primeira fase de adoção inicial da lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08 (convertida na lei 11.941/09), com um conjunto de normas sobre alguns temas, aplicáveis a partir do exercício de 2008 (CPCs 01 a 14, exceto o CPC 11, aplicável apenas a partir de 2010, e OCPCs 01 e 02). As determinações específicas para a adoção inicial da lei foram estabelecidas no CPC 13, o qual dispensou as empresas de rerepresentarem as demonstrações contábeis de 2007 para fins de comparação, gerando duas datas alternativas de transição para as novas normas: 01/01/2007 (para as empresas que rerepresentaram 2007 conforme as novas normas) ou 01/01/2008.
2. Uma fase final de “integral convergência” para o *full* IFRS aplicável a partir de 2010, com a introdução de normas sobre novos temas e revisões de algumas das normas já emitidas na primeira fase de transição (CPCs 15 a 43, OCPC 03 e ICPCs 01 a 15). As determinações específicas para a adoção inicial do padrão IFRS estão previstas no CPC 37, que estabelece a obrigatoriedade de convergência total para o padrão IFRS nas demonstrações contábeis de encerramento do exercício de 2010, com rerepresentação de 2009 conforme as novas normas para fins de comparação, bem como a rerepresentação das demonstrações trimestrais de 2010 no novo padrão.

## 2.3. Estudos Empíricos sobre IFRS

Com a adesão dos diversos países ao processo de convergência internacional da contabilidade, alguns estudos internacionais e nacionais analisaram seu impacto nos números contábeis, buscando prever, quantificar e explicar as mudanças.

Stent, Bradbury e Hooks (2010) desenvolveram um artigo objetivando analisar os impactos da adoção das IFRS na Nova Zelândia nas demonstrações financeiras e constataram que 87 por cento das empresas são afetadas por IFRS. Contudo, as faixas de mediana e inter-quartil indicam que para a maioria das empresas o impacto do IFRS é pequeno. No entanto, os valores máximos e mínimos indicam que o impacto pode ser grande para algumas entidades. O trabalho revela ainda que o impacto tem efeitos consideráveis sobre índices financeiros comuns.

No Brasil, a pesquisa de Oliveira (2010) com empresas de dez setores econômicos, listadas simultaneamente na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), confirmou um nível de convergência maior entre US GAAP e IFRS, sugerindo que, em função da adoção das IFRS, as demonstrações contábeis em BR GAAP tendem a se modificar substancialmente, aumentando o nível de divulgação. Além disso, os resultados confirmam que o setor de atuação e o tamanho das empresas influenciam diretamente no *disclosure* das informações.

Santos e Calixto (2010), ao estudarem o impacto da primeira fase da transição para o IFRS nos resultados das companhias listadas na Bovespa, observaram um baixo grau de *compliance* das empresas brasileiras com as normas de adoção inicial da nova lei e uma grande diversidade na forma de aplicação das novas normas entre as empresas. Foram verificados resultados pela nova norma em média superiores aos apurados pela norma anterior. Ao passo que certas inconsistências entre 2007 e 2008 foram relacionadas aos impactos da crise financeira global de 2008 em ajustes específicos aos resultados.

Por sua vez, Albu et al. (2011) realizaram um estudo visando investigar em profundidade e explicar as questões relacionadas com a implementação das IAS/IFRS em um país emergente que recentemente aderiu à União Europeia, ou seja, a Romênia. De acordo com os seus resultados, verificou-se que a implementação das duas fases de IAS/IFRS tiveram resultados diferentes, com um impacto mais profundo e qualitativo na segunda fase. O primeiro passo foi resultado de forças coercitivas externas, ou seja, a influência do Banco Mundial. Dada a falta de outros fatores a favor do processo de mudança, argumenta-se que a implementação real das IAS nesse período era muito limitada. Mesmo que o segundo passo significou uma redução no escopo para apenas empresas com contas consolidadas listadas e instituições financeiras, argumenta-se que foi acompanhada por um processo de mudança mais significativa do que no período anterior.

Leventis, Dimitropoulos e Anandarajan (2010), examinando 91 bancos comerciais listados na União Européia, abrangendo um período de 10 anos (antes e depois da implementação do IFRS), descobriram que o gerenciamento de resultados (usando provisões para perdas de empréstimo) para adotadores precoces e tardios é significativamente reduzido após a implementação do IFRS. Também perceberam que, para os bancos de risco, o comportamento do gerenciamento de resultados é mais acentuado quando comparado com os bancos de menor risco, mas é significativamente reduzido no período pós IFRS. E concluíram que a implementação do IFRS na UE parece ter melhorado a qualidade dos lucros por reduzir a tendência dos gerentes dos bancos comerciais listados a envolver-se em gerenciamento de resultados usando provisões para perdas de empréstimo.

Contudo, os resultados empíricos de Doukakis (2010), em seu artigo com as empresas não financeiras listadas na Bolsa de Atenas, sugerem que o ROE atual tem conteúdo informativo para o ROE futuro e a adoção do IFRS não parece melhorar sistematicamente a persistência de lucros e os componentes dos ganhos para rentabilidade futura. Pelo contrário, as evidências sugerem menor persistência do lucro operacional e não operacional, bem como menor poder explicativo em todos os modelos após a adoção da IFRS.

O trabalho de Santos (2010), com empresas listadas na Bovespa (exceto instituições financeiras), encontrou resultados esclarecedores a partir da sua amostra. Dentre as normas que geraram aumentos mais expressivos no lucro das empresas, destacaram-se: a exclusão dos custos de transação e prêmios na emissão de títulos na apuração do resultado, o que em média triplicou o resultado de 2007 das empresas que o registraram; a inclusão dos incentivos fiscais no lucro, com aumento médio de 24% nos lucros de 2007 e de 21% em 2008; a inclusão do conceito de arrendamento mercantil financeiro e a proibição da reavaliação de ativos, ambos com aumento médio de 19% nos lucros de 2007. E, dentre as normas que mais contribuíram para a redução do lucro, destacaram-se: a redução ao valor recuperável de ativos, que gerou um impacto negativo médio de 260% no resultado das empresas que o registraram em 2008; a

extinção da capitalização de despesas, com redução média de 130% nos lucros de 2008 e de 40% em 2007.

Em empresas do Reino Unido, Irlanda e Itália, Fifield et al. (2011) mostraram que o lucro IFRS foi maior do que o relatado no âmbito das anteriores GAAP nacionais. O estudo mostrou ainda que as IFRS também tiveram um efeito significativo sobre o patrimônio líquido; enquanto empresas do Reino Unido e da Itália experimentaram um aumento de capital mediante a adoção de IFRS, as empresas irlandesas na amostra registraram uma diminuição. A análise também indicou que o impacto do IFRS sobre o patrimônio líquido foi de lucro e primordialmente atribuível a algumas normas fundamentais, incluindo IFRS 2, IFRS 3, IFRS 5, IAS 10, IAS 12, IAS 16, IAS 17, IAS 19, IAS 38 e IAS 39.

Concomitantemente, a pesquisa de Iatridis e Dalla (2011) com empresas listadas na Grécia mostrou que a implementação das IFRS influenciou positivamente a rentabilidade da maioria dos setores industriais, bem como das empresas que pertencem ao FTSE 40 and SMALLCAP 80; e que, por outro lado, a adoção das IFRS parece influenciar negativamente a liquidez para uma série de setores industriais e os componentes do mercado de ações. O estudo constatou também que um aumento da alavancagem é obtido a partir do exame da amostra de índices do mercado de ações e setores industriais. Achados similares são evidenciadas para as empresas de grande porte e com necessidades de financiamento elevadas.

No Brasil, Santos (2011), em seu estudo com 20 companhias não financeiras que voluntariamente anteciparam a adoção do *full IFRS* nos relatórios de 2008 ou 2009, mostrou que o processo total de convergência gerou aumento médio no lucro de 41% no exercício de 2007 e de 29% em 2008 e, no patrimônio líquido, de 6,4% em 2007 e 13% em 2008 (todos significativos a pelo menos 10%). O trabalho apontou que somente a fase final da transição gerou um aumento incremental médio no lucro de 33% em 2007 e de 20% em 2008 (significativos a pelo menos 10%) e de 6,4% e 13% no patrimônio líquido, respectivamente, de 2007 e de 2008 (apenas o de 2008 significativo a 5%). De acordo com Santos (2011) os resultados de seu estudo oferecem suporte para uma previsão de novo crescimento nos lucros e PL das empresas nos relatórios a serem divulgados em 2011 em decorrência da implantação da fase final do processo de transição para o IFRS no Brasil.

Para complementar a análise, os resultados do artigo de Callao et al. (2009) mostram que a primeira aplicação do IFRS teve efeitos diferentes sobre os relatórios financeiros entre os países europeus. A análise de cluster identificou quatro grupos que mostram que o impacto das IFRS nas demonstrações financeiras das empresas europeias não está relacionado aos sistemas de contabilidade tradicional. Os resultados também mostram que os dois sistemas de contabilidade tradicional já não demonstram diferenças tão grandes, como antes. O trabalho sobre a harmonização das normas contabilísticas na UE ao longo das últimas três décadas, tornou possível os modelos contábeis atuais se aproximarem, embora a Europa realmente careça de um modelo contábil uniforme. Segundo os autores, os sistemas anglo-saxão de contabilidade têm sido tradicionalmente considerados mais próximos das IFRS do que os modelos da Europa continental.

Como pode-se observar nesta revisão de literatura, as normas IFRS (*International Financial Reporting Standard*) provocam impactos, em alguns casos diferentes e em outros casos semelhantes, nas diversas empresas ao redor do mundo, de modo que é importante ampliar as investigações sobre o tema, especialmente no Brasil neste momento em que o país

finalmente chega ao *full* IFRS. Logo, a partir destas constatações, é apresentada a seguir a metodologia de pesquisa adotada neste estudo.

### 3. Metodologia

O foco deste trabalho são os efeitos da adoção obrigatória do *full* IFRS verificados na última fase de transição. A abordagem é empírico-analítica, visando mensurar o impacto das diferenças de normas no Lucro Líquido (LL), no Patrimônio Líquido (PL) e no Ativo Total (AT) das empresas brasileiras de capital aberto.

#### 3.1 Dados

Os dados foram extraídos das Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) de 2010 entregues pelas companhias abertas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 2011.

Para a definição da amostra, foram consideradas somente as empresas não financeiras, com capital acima de 1 (um) bilhão de reais e com ações listadas na BM&FBOVESPA, perfazendo um total de 97 companhias. Dentre estas, foram excluídas as instituições que não apresentaram em suas Notas Explicativas de 2010 a Tabela de Reconciliação dos Resultados Consolidados entre as normas brasileiras e as normas IFRS relativa ao ano de 2009; bem como, aquelas que fecham seus exercícios em 31/03; culminando em uma amostra final de 83 companhias.

#### 3.2 Procedimentos Metodológicos

Para mensurar o impacto da adoção obrigatória do *full* IFRS, foi calculado o valor médio do lucro líquido, do patrimônio líquido e do ativo total apresentados nas Demonstrações Financeiras Padronizadas relativas a 2009, tanto em BR-GAAP como em IFRS.

Para verificar a significância das diferenças encontradas foi utilizado o Teste t de *Student* para as médias, tanto da amostra completa como das amostras segmentadas por tipo de listagem na BM&FBOVESPA e conforme a listagem ou não da empresa nos EUA através de ADR.

Além disso, foi calculado o inverso do Índice de Comparabilidade de Gray (1980), ajustado para que a base de análise seja o valor referente à norma anteriormente vigente no Brasil.

O Índice de Conservadorismo (IC) de Gray (1980), o qual foi, posteriormente, chamado de Índice de Comparabilidade (WEETMAN et al., 1998), permite comparar os resultados menores (conservadorismo) ou maiores (otimismo) entre sistemas contábeis diversos e é dado como segue:

$$IC = 1 - \left( \frac{RA - RD}{|RA|} \right) \quad (1)$$

Onde:

RA = lucros (ou retornos) ajustados para os US GAAP

$RD = lucros$  (ou retornos) apurados conforme práticas locais de cada país

Optou-se pelo inverso do índice, a exemplo do trabalho de Santos (2011), para propiciar uma visualização mais intuitiva aos propósitos deste estudo, resultando em valores maiores que 1 quando o resultado apurado pelas novas normas é maior que o apurado pelo padrão brasileiro anterior e vice-versa. O índice inverso é dado pela seguinte fórmula:

$$ICIFaseF = 1 + \left( \frac{RIFRS - RFase1 Lei11.638}{|RFase1 Lei11.638|} \right) \quad (2)$$

Onde:

$ICIFaseF$  = Índice de Comparabilidade Inverso da fase final de transição da lei 11.638 (Full IFRS)

$RFase1 Lei11.638$  = Resultado (lucro/prejuízo ou PL ou AT) apurado conforme as normas vigentes a partir de 2008 (Lei 11.638/07 e CPCs 1 ao 14)

$RIFRS$  = Resultado (lucro/prejuízo ou PL ou AT) apurado conforme o padrão IFRS completo e CPCs correspondentes (11 e 15 ao 43).

Os ICIs encontrados também foram segmentados por tipo de listagem da empresa na BM&FBOVESPA e conforme a listagem ou não da empresa nos EUA através de ADR. Para a análise dos ICIs foram utilizados instrumentos de estatística descritiva.

Espera-se que o efeito da adoção do IFRS no Brasil, tenha causado maior impacto nas demonstrações contábeis do que foi observado na Europa, pois o BR-GAAP era mais distante do IFRS do que os padrões antes adotados nos países europeus.

Dentre as empresas brasileiras, espera-se menor impacto naquelas com ADR, pois este grupo de empresas já divulgava seus resultados também em US-GAAP, mais similar ao IFRS, e acredita-se que, voluntariamente, tenham antecipado a adoção de normas que viriam tornar-se obrigatórias somente com o *full* IFRS em 2010.

#### 4. Análise dos Resultados

Os impactos da fase final da convergência obrigatória para o IFRS no Brasil no Lucro Líquido são apresentados na Tabela 1. Os resultados são apresentados para a amostra total e segmentados pelo tipo de listagem. O *p-value* apresentado é referente ao Teste t comparando a média do lucro líquido referente a 2009 apurados em BR-GAAP e em IFRS.

| Tipo de listagem                  | n  | Lucro líquido (milhares de R\$) |           | p-value     |
|-----------------------------------|----|---------------------------------|-----------|-------------|
|                                   |    | BR-GAAP                         | IFRS      |             |
| Amostra total                     | 79 | 483.971                         | 739.865   | 0,073512351 |
| Tradicional                       | 22 | 574.642                         | 1.458.301 | 0,059097878 |
| Segmentos especiais de Governança | 57 | 448.975                         | 462.574   | 0,446266524 |
| ADR                               | 23 | 910.664                         | 1.530.683 | 0,098455062 |
| Sem ADR                           | 56 | 308.721                         | 415.065   | 0,203966404 |

**Tabela 1:** Lucro líquido em IFRS e BR-GAAP

Conforme demonstrado na Tabela 1, percebe-se que a divulgação do lucro líquido em IFRS resulta, em média, valores bem maiores que os demonstrados em BR-GAAP. O padrão

contábil para demonstrar os resultados da empresa não afeta a eficiência e geração de caixa da empresa; todavia, pode afetar *covenants* e distribuição de dividendos da empresa.

As empresas mais afetadas foram aquelas listadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA. As empresas listadas em algum dos segmentos especiais de Governança Corporativa apresentaram uma variação não significativa muito pequena no lucro líquido demonstrado.

A surpresa ficou por conta das empresas com ADR, pois como essas empresas eram obrigadas a divulgar suas demonstrações em US-GAAP (agora elas podem utilizar também o IFRS para atender as exigências da listagem nos EUA), esperava-se que, para esse grupo de empresas, o efeito da adoção do IFRS fosse menor, mas a diferença foi grande e significativa.

Na Tabela 2 é apresentado o ICI médio para o lucro líquido, assim como algumas medidas de dispersão. Os resultados são apresentados para a amostra completa e segmentada pelo tipo de listagem.

| Tipo de listagem                  | n  | Média | Mediana | Desvio-padrão | Mínimo | Máximo |
|-----------------------------------|----|-------|---------|---------------|--------|--------|
| Amostra total                     | 79 | 1,21  | 1,01    | 1,83          | -9,29  | 9,04   |
| Tradicional                       | 22 | 1,81  | 1,01    | 2,19          | 0,54   | 9,04   |
| Segmentos especiais de Governança | 57 | 0,98  | 1,01    | 1,64          | -9,29  | 5,75   |
| ADR                               | 23 | 1,59  | 1,03    | 1,67          | -0,73  | 6,82   |
| Sem ADR                           | 56 | 1,06  | 1,00    | 1,89          | -9,29  | 9,04   |

**Tabela 2:** ICI para o lucro líquido

Conforme demonstrado na Tabela 2, a adoção integral do IFRS gerou um aumento instantâneo no lucro das empresas reportado ao mesmo exercício (2009): um crescimento médio de 21% (média do ICI LL de 1,2099 e mediana de 1,0084). Contudo, pode-se observar que há uma grande amplitude entre o máximo e mínimo, o que reflete em um alto desvio-padrão.

Tais resultados confirmam a previsão de Santos (2011) de novo crescimento nos resultados das empresas nos relatórios divulgados em 2011 em decorrência da implantação da fase final do processo de transição para o IFRS no Brasil; bem como, são consistentes com estudos internacionais (FIFIELD et al., 2011; IATRIDIS; DALLA, 2011).

Entretanto, as medidas de dispersão mostram que, apesar de existir uma tendência de o IFRS demonstrar lucro líquido maior que o BR-GAAP, isso não é uma regra e há casos em que o lucro líquido apurado pelo IFRS diminuiu quando comparado ao encontrado pelo padrão contábil anterior.

No segmento tradicional foi encontrado o maior crescimento médio (81%) e nos segmentos especiais de Governança ocorreu a menor diferença (-2%). A diferença de médias encontrada entre o segmento tradicional e segmentos especiais de Governança é significativa a 5%. A diferença entre as amostras de empresas com e sem ADR não é significativamente diferente.

Na Tabela 3 é apresentado o patrimônio líquido médio apurado através do BR-GAAP e também através do IFRS referente ao exercício findo em 31/12/2009. O *p-value* apresentado na tabela refere-se ao Teste t comparando as médias do patrimônio líquido em cada um dos

padrões contábeis. Os resultados são apresentados para a amostra completa e também segmentada pelo tipo de listagem.

| Tipo de listagem                  | n  | Patrimônio líquido (milhares de R\$) |            | p-value  |
|-----------------------------------|----|--------------------------------------|------------|----------|
|                                   |    | BR-GAAP                              | IFRS       |          |
| Amostra total                     | 82 | 5.599.670                            | 6.101.056  | 0,361054 |
| Tradicional                       | 22 | 6.433.776                            | 7.529.015  | 0,297542 |
| Segmentos especiais de Governança | 60 | 5.293.831                            | 5.577.472  | 0,436623 |
| ADR                               | 23 | 11.061.908                           | 11.621.038 | 0,448664 |
| Sem ADR                           | 59 | 3.470.323                            | 3.949.199  | 0,257292 |

**Tabela 3:** Patrimônio líquido em IFRS e BR-GAAP

Assim como o lucro líquido, o patrimônio líquido apurado em IFRS apresentou crescimento em relação àquele anteriormente apurado em BR-GAAP. Todavia as diferenças encontradas não foram significativas. Um maior patrimônio líquido permite uma maior distribuição de lucros aos acionistas através de juros sobre capital próprio, que é limitado à remuneração do patrimônio líquido pela taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A diferença média apresentada no lucro líquido na amostra total representa 51,04% da diferença média apresentada no patrimônio líquido. Essa diferença significativa do lucro líquido diluída no patrimônio líquido, que é muito maior, perde significância.

Na Tabela 4 são apresentados os ICIs médios para o patrimônio líquido e medidas de dispersão tanto para a amostra completa como para as amostras segmentadas pelo tipo de listagem.

| Tipo de listagem                  | n  | Média | Mediana | Desvio-padrão | Mínimo | Máximo |
|-----------------------------------|----|-------|---------|---------------|--------|--------|
| Amostra total                     | 82 | 1,11  | 1,03    | 0,21          | 0,78   | 1,98   |
| Tradicional                       | 22 | 1,16  | 1,10    | 0,22          | 0,89   | 1,80   |
| Segmentos especiais de Governança | 60 | 1,09  | 1,02    | 0,20          | 0,78   | 1,98   |
| ADR                               | 23 | 1,08  | 1,03    | 0,16          | 0,80   | 1,50   |
| Sem ADR                           | 59 | 1,12  | 1,03    | 0,22          | 0,78   | 1,98   |

**Tabela 4:** ICI para o patrimônio líquido

Um aumento importante também foi verificado no patrimônio líquido das companhias: com crescimento médio de cerca de 11% (média do ICI PL de 1,1072 e mediana de 1,0275). A diferença entre o segmento tradicional e segmentos especiais de Governança é significativa a 10%. Na mesma linha dos resultados encontrados para o lucro líquido, a variação foi maior para as empresas listadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA.

A dispersão não é tão grande como a encontrada no lucro líquido, mas podemos observar que há também casos de crescimento e de redução do patrimônio líquido, quando da migração do BR-GAAP para o IFRS.

As empresas com ADR apresentaram comportamento contrário ao encontrado no lucro líquido. O impacto da adoção do IFRS no patrimônio líquido das empresas com ADR foi menor do que naquelas sem ADR; contudo, essa diferença não é significativa.

Na Tabela 5 é apresentado o ativo total médio apurado pelo IFRS e pelo BR-GAAP referente ao exercício de 2009. Os valores são apresentados tanto para a amostra completa

como para as amostras segmentadas pelo tipo de listagem e o *p-value* refere-se ao Teste t comparando as médias do ativo total em cada um dos padrões contábeis.

| Tipo de listagem                  | n  | Ativo total (milhares de R\$) |            | <i>p-value</i> |
|-----------------------------------|----|-------------------------------|------------|----------------|
|                                   |    | BR-GAAP                       | IFRS       |                |
| Amostra total                     | 65 | 12.366.915                    | 13.408.640 | 0,385203       |
| Tradicional                       | 21 | 15.802.618                    | 18.141.936 | 0,351792       |
| Segmentos especiais de Governança | 44 | 10.727.147                    | 11.149.567 | 0,461575       |
| ADR                               | 15 | 29.151.670                    | 31.096.482 | 0,441223       |
| Sem ADR                           | 50 | 7.331.488                     | 8.102.287  | 0,304301       |

**Tabela 5:** Ativo total em IFRS e BR-GAAP

O IFRS também provocou um aumento no ativo total das empresas, o que era esperado uma vez que o lucro líquido e patrimônio líquido apresentaram valores maiores no IFRS do que no BR-GAAP.

O acréscimo no ativo não tem nenhum efeito direto ao acionista como ocorre no lucro líquido e patrimônio líquido, que podem afetar dividendos, juros sobre capital próprio e *covenants*. Todavia, um maior ativo pode impactar a depreciação e, conseqüentemente, o próprio lucro líquido, assim como aumentar a capacidade de endividamento da empresa.

Na Tabela 6 é mostrado o ICI médio para o ativo total, assim como algumas medidas de dispersão, tanto para a amostra completa como para as amostras segmentadas.

| Tipo de listagem                  | n  | Média | Mediana | Desvio-padrão | Mínimo | Máximo |
|-----------------------------------|----|-------|---------|---------------|--------|--------|
| Amostra total                     | 65 | 1,07  | 1,03    | 0,13          | 0,62   | 1,51   |
| Tradicional                       | 21 | 1,11  | 1,05    | 0,15          | 0,97   | 1,51   |
| Segmentos especiais de Governança | 44 | 1,05  | 1,03    | 0,11          | 0,62   | 1,38   |
| ADR                               | 15 | 1,02  | 1,03    | 0,13          | 0,62   | 1,22   |
| Sem ADR                           | 50 | 1,08  | 1,03    | 0,13          | 0,94   | 1,51   |

**Tabela 6:** ICI para o ativo total

Embora em menor grau, a adoção integral do IFRS também gerou um aumento no ativo total das empresas: com crescimento médio de cerca de 7% (média do ICI AT de 1,0658 e mediana de 1,0293). A dispersão não é tão grande como ocorre no lucro líquido, estando mais próximo dos valores encontrados para o patrimônio líquido.

O segmento tradicional foi o que apresentou maior ICI mínimo, sendo esse quase 1; ou seja, no segmento tradicional a adoção do IFRS praticamente teve somente efeito positivo no valor do ativo total. Neste segmento, também foi encontrado o maior ICI médio, ou seja, a adoção do IFRS elevou em média 11% o ativo das empresas que compõem este segmento.

A diferença encontrada entre o segmento tradicional e os segmentos especiais de Governança Corporativa foi significativa a 5%.

Já nas empresas com ADR, o ICI máximo foi o menor encontrado, sendo que o maior crescimento do ativo total em função da conversão das demonstrações contábeis para IFRS foi de 22%. O ICI médio do segmento de empresas com ADR foi de 1,02; resultado esse menor do que o encontrado nas empresas sem ADR. A diferença encontrada entre as duas amostras é significativa a 10%.

Na Tabela 7 estão apresentadas as distribuições de frequência do ICI para o lucro líquido, patrimônio líquido e ativo total, mostrando com maior clareza os impactos proporcionais da fase final da convergência obrigatória para o IFRS no Brasil.

| Distribuição de Frequência | ICI Lucro líquido |         | ICI Patrimônio líquido |         | ICI Ativo total |         |
|----------------------------|-------------------|---------|------------------------|---------|-----------------|---------|
|                            | n                 | %       | n                      | %       | n               | %       |
| $IC \leq 0,9$              | 13                | 16,46%  | 3                      | 3,66%   | 1               | 1,54%   |
| $0,9 < IC < 0,95$          | 7                 | 8,86%   | 6                      | 7,32%   | 3               | 4,62%   |
| $0,95 \leq IC < 1$         | 12                | 15,19%  | 16                     | 19,51%  | 9               | 13,85%  |
| $IC = 1$                   | 2                 | 2,53%   | 6                      | 7,32%   | 2               | 3,08%   |
| $1 < IC \leq 1,05$         | 18                | 22,78%  | 15                     | 18,29%  | 25              | 38,46%  |
| $1,05 < IC < 1,1$          | 7                 | 8,86%   | 7                      | 8,54%   | 9               | 13,85%  |
| $IC \geq 1,1$              | 20                | 25,32%  | 29                     | 35,37%  | 16              | 24,62%  |
| Total                      | 79                | 100,00% | 82                     | 100,00% | 65              | 100,00% |

**Tabela 7:** Distribuições de frequência do ICI

Pela distribuição de frequência, verifica-se que a adoção do IFRS completo gerou aumento tanto no lucro, quanto no PL, quanto no AT da maioria das empresas: o lucro aumentou em cerca 57% das empresas, o PL cresceu em 62% das companhias e o AT, com representatividade mais expressiva, cresceu em cerca de 77% das empresas pesquisadas.

Por outro lado, não se pode deixar de observar que o lucro reduziu para cerca de 40% das empresas pesquisadas – sendo que, para 16% delas, a queda foi de mais de 10% –, ao passo que o PL diminuiu para cerca de 30% e o AT para 20% das companhias. Quanto às empresas que não sofreram alterações, os percentuais foram de cerca de 7% em relação ao PL e de 3% ou menos em relação ao total do ativo e ao lucro.

Cabe ressaltar que o impacto do novo padrão nos resultados foi bastante significativo em grande parte das empresas analisadas: o patrimônio líquido teve impacto positivo de 10% ou mais em cerca de 35% das empresas e o lucro e o ativo total tiveram impacto positivo de 10% ou mais em cerca de 25% das empresas. Salienta-se, ainda, o grande número de empresas (quase 40%) que tiveram impacto positivo de 5% ou menos no total de seus ativos.

Os resultados deste estudo indicam que a adoção do *full* IFRS gera um aumento no Lucro Líquido, no Patrimônio Líquido e no Ativo Total das empresas brasileiras de capital aberto e, com isso, confirmam a previsão de Gray (1988) de conservadorismo do sistema contábil brasileiro anterior comparativamente aos sistemas de influência anglo-americana. Este estudo também contribui para o suporte à teoria de Gray (1988) de conservadorismo dos sistemas contábeis de origem eurocontinental (caso do Brasil). Esses resultados corroboram, ainda, pesquisas anteriores de Santos e Calixto (2010), quanto ao impacto da primeira fase de transição para o IFRS, e de Santos (2011), quanto ao impacto nas empresas que se anteciparam ao *Full* IFRS.

## 5. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo mensurar os impactos da adoção obrigatória do *full* IFRS no lucro líquido, no patrimônio líquido e no ativo total das empresas brasileiras, relativos à fase final de transição. Para isso, aproveitou-se a oportunidade da obrigatoriedade da republicação dos relatórios do ano de 2009, em 2011, tomando-os como base para a comparação.

Para verificar o impacto da transição para o *full* IFRS no lucro, no PL e no AT das empresas foi aplicado o Índice de Comparabilidade de Gray-Weetman (1980, 1991) aos números apurados conforme o IFRS e o sistema contábil anteriormente vigente no Brasil, reportados na tabela de reconciliação dos resultados referente ao ano de 2009, apresentada em 2011 pelas 83 empresas não financeiras, com capital acima de 1 (um) bilhão de reais, com ações listadas na BM&FBOVESPA, que compuseram a amostra.

Os resultados mostram que o processo de convergência para o *full* IFRS gerou aumentos expressivos tanto no lucro quanto no PL das empresas analisadas: um acréscimo médio de cerca de 21% no lucro e de cerca de 11% no PL; bem como, gerou um aumento, embora um pouco menos expressivo, de cerca de 7%, no AT. Tais resultados confirmam a previsão de Santos (2011) de novo crescimento nos resultados das empresas nos relatórios divulgados em 2011 em decorrência da implantação da fase final do processo de transição para o IFRS no Brasil; bem como, são consistentes com estudos internacionais (FIFIELD et al., 2011; IATRIDIS; DALLA, 2011). Verificou-se que o impacto da transição foi maior nas empresas listadas no segmento tradicional da BM&FBOVESPA e destaca-se o fato de que cerca de 77% das empresas pesquisadas apresentaram aumento no seu ativo total.

Com isso, os resultados deste estudo corroboram a hipótese de conservadorismo da contabilidade brasileira anteriormente vigente, preconizado por Gray (1988), e confirmam estudos anteriores quanto à primeira fase de transição para o IFRS (SANTOS e CALIXTO, 2010) e quanto às empresas que se anteciparam ao *Full* IFRS (SANTOS, 2011), na linha de estudos internacionais sobre a adoção do IFRS em países de contabilidade de origem eurocontinental.

Logo, os resultados deste estudo permitem concluir que, embora a divisão do processo de convergência para o IFRS no Brasil em duas fases possa ter diluído e dispersado resultados, após a convergência integral concluída no exercício de 2010, a maioria das empresas teve apurado crescimento tanto no lucro, quanto no PL, quanto no AT em decorrência da convergência.

Assim, esta pesquisa pretende ter contribuído para aprimorar o entendimento dos impactos do processo de convergência da contabilidade brasileira para o padrão internacional; bem como, para auxiliar os gestores de negócios e os usuários da informação financeira, especialmente aqueles oriundos do mercado de capitais, as autoridades reguladoras e a academia, quanto aos efeitos finais nos resultados reportados em 2011, após a implantação da fase final de convergência.

## 6. Referências Bibliográficas

ALBU, Nadia et al. A story about IAS/IFRS implementation in Romania. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v. 1, Iss: 1, p. 76–100, 2011. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com.ez101.periodicos.capes.gov.br/journals.htm?issn=2042-1168&volume=1&issue=1&articleid=1906166&PHPSESSID=puc6d6fsah5domh0es34lpc9i1>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

CALLAO, Susana et al. The impact of IFRS on the European Union: Is it related to the accounting tradition of the countries? **Journal of Applied Accounting Research**, v. 10, Iss:

1, p. 33–55, 2009. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com.ez101.periodicos.capes.gov.br/journals.htm?issn=0967-5426&volume=10&issue=1&articleid=1793408&PHPSESSID=puc6d6fsah5domh0es34lpc9i1>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

DOUKAKIS, Leonidas C. The persistence of earnings and earnings components after the adoption of IFRS. **Managerial Finance**, v. 36, Iss: 11, p. 969–980, 2010. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com.ez101.periodicos.capes.gov.br/journals.htm?issn=0307-4358&volume=36&issue=11&articleid=1886318&PHPSESSID=puc6d6fsah5domh0es34lpc9i1>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

FIFIELD, Suzanne et al. A cross-country analysis of IFRS reconciliation statements. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 12, Iss: 1, p. 26–42, 2011. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com.ez101.periodicos.capes.gov.br/journals.htm?issn=0967-5426&volume=12&issue=1&articleid=1937341&PHPSESSID=0nggb8fad2hm0s58t1th7kmgc5>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

GRAY, S. J. The impact of international accounting differences from a security analysis perspective: some european evidence. **Journal of Accounting Research**, p. 64-76, Spring, 1980.

\_\_\_\_\_. Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. **Abacus**, p. 1-15, March, 1988.

IATRIDIS, George; DALLA, Konstantia. The impact of IFRS implementation on Greek listed companies: An industrial sector and stock market index analysis". **International Journal of Managerial Finance**, v. 7, Iss: 3, p. 284–303, 2011. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com.ez101.periodicos.capes.gov.br/journals.htm?issn=1743-9132&volume=7&issue=3&articleid=1937655&PHPSESSID=0nggb8fad2hm0s58t1th7kmgc5>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

LEVENTIS, Stergios; DIMITROPOULOS, Panagiotis E.; ANANDARAJAN, Asokan. Loan Loss Provisions, Earnings Management and Capital Management under IFRS: The Case of EU Commercial Banks. **Journal of Financial Services Research**, v. 39, Issn: 1573-0735, 2010. Disponível em: <<http://www.springerlink.com.ez101.periodicos.capes.gov.br/content/r148lr3387160216/>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

OLIVEIRA, Valdiney Alves de. **Adoção inicial das normas contábeis internacionais por empresas brasileiras**. 2010. 156f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2010.

SANTOS, Edilene Santana. Análise dos Impactos dos CPCs da Primeira Fase de Transição para o IFRS nas Empresas Abertas: um Exame Censitário dos Ajustes ao Resultado nas DFPs de 2008. In: XXXIV ENCONTRO DA ANPAD (ENANPAD), 2010, Rio de Janeiro. **Anais do ENANPAD**. Rio de Janeiro: 2010.

\_\_\_\_\_. Full IFRS x Lei 11.638 (1ª fase) x Lei 6.404: Impacto Esperado nos Resultados de 2010 a partir das Empresas que se Anteciparam. In: 11º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2011, São Paulo. **Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: 2011.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impactos do Início da Harmonização Contábil Internacional (Lei 11.638/07) nos Resultados das Empresas Abertas. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 9, n. 1, ISSN 1676-5648, Jan./Jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482010000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482010000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 jul. 2011.

STENT, Warwick; BRADBURY, Michael; HOOKS, Jill. IFRS in New Zealand: effects on financial statements and ratios. **Pacific Accounting Review**, v. 22, Iss: 2, p. 92–107, 2010. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com.ez101.periodicos.capes.gov.br/journals.htm?issn=0114-0582&volume=22&issue=2&articleid=1881949&PHPSESSID=0nggb8fad2hm0s58t1th7kmgc5>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

WEETMAN, P. E. et al. Profit measurement and UK accounting standards: a case of increasing disharmony in relation to US GAAP and IASs. **Accounting and Business Research**, p. 189-208, Summer, 1998.

WEETMAN, P. E.; GRAY, S. J. A comparative international analysis of the impact of accounting principals on profits: the USA versus the UK, Sweden and the Netherlands. **Accounting and Business Research**, p. 363-379, Autumn, 1991.